



Unidade grevista dos trabalhadores municipais de São Paulo: luta de resistência à reforma da Previdência



POR | Partido
Operário
Revolucionário

 **MASSAS**
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DA NOSSA PROLETÁRIA

Índice

Apresentação	3
Balanco	7
1. <i>Breve histórico da greve</i>	7
2. <i>Os caminhos da resistência e a unidade da base</i>	9
3. <i>Pressão da base força unidade formal da burocracia sindical.....</i>	11
4. <i>O corporativismo e o aparelhismo esfacelam a unidade forçada das direções sindicais</i>	14
5. <i>Os obstáculos à greve geral são de responsabilidade das Centrais Sindicais</i>	17
6. <i>Atuação da Corrente Proletária: defesa do programa proletário.....</i>	19
7. <i>A posição do reformismo e do centrismo durante a greve é expressão da crise de direção.....</i>	26
8. <i>Lições da greve.....</i>	34
Anexos.....	37

Apresentação

Este folheto encerra a trajetória de luta contra a reforma da Previdência no município de São Paulo. Iniciada em 8 de março de 2018 e finalizada em 8 de março de 2019, as várias fases da greve se mostram no desenvolvimento da mobilização do funcionalismo, em resposta ao ataque conjunto de diferentes governos.

Com início exclusivo entre os professores da rede municipal, combatendo isoladamente o prefeito da cidade, avançou-se para um movimento unificado pela base, de todo o funcionalismo municipal, que alcançou a consciência de que seu próprio movimento deveria evoluir para uma greve nacional, contra a reforma da Previdência.

Uma greve que começou, em 2018, explosiva e massiva, com 100 mil pessoas nas ruas, confiou na direção sindical, suspendendo, após 20 dias, em favor do governo, que manobrava, juntamente com a burocracia sindical, a votação da reforma, no apagar das luzes, e longe dos holofotes das eleições.

Ao longo desse folheto, o leitor perceberá que a confiança nas burocracias não foi rompida, mas foi abalada. A política de conciliação não pôde ser aplicada sem prejuízos. No entanto, não basta desconfiar, é preciso entender as raízes de classe dessa política, para não se responder

individualmente ao problema da crise de direção.

É preciso ter claro que a totalidade das entidades sindicais está sob o controle de burocracias, cujas políticas reformistas e estalinistas são as responsáveis por bloquear o movimento, até o grau de sua traição. E não poderia ser diferente, quando nos referimos a uma política fadada ao fracasso, na medida em que reivindica melhores condições advindas do Estado burguês, numa fase em que o capitalismo não admite nada, além de destruição e ataque às condições de vida das massas.

Na fase de decomposição do capitalismo, os sindicatos, ou impunharão a política de conciliação de classes, que conduzirá o movimento à derrota, ou impunharão a política revolucionária, que travará o combate árduo, até as últimas consequências, para a vitória das reivindicações mais elementares.

Nossas direções sindicais são um obstáculo à nossa luta. E, por isso, dedicamos, quase que exclusivamente, este folheto à análise de sua conduta. No entanto, tenhamos claro que o nosso objetivo é combater o governo, pois, ele é o responsável por atacar a nossa aposentadoria. Os governos são a forma do Estado burguês, que, por sua natureza de classe, servirá à burguesia, e não aos trabalhadores.

Todos os governos estão sob o jugo do capital financeiro, que exige o pagamento da dívida pública e, para isso, impõe o saque das massas. O maior confisco de nosso salário e a criação do SAMPAPREV atendem diretamente a esses interesses.

E é, precisamente, nesse sentido, que a categoria deu mais um passo adiante quando, em 26 de dezembro, não confiou nos parlamentares que ali estavam, e procuraram ocupar a Câmara Municipal, apesar da repressão. Mas, correntes reformistas e centristas procuram obscurecer o caráter de classe dessa instituição, ao individualizarem o voto em favor do PL 621. Ocorre que, a Câmara Municipal, ou qualquer outra instância do Estado, está sob o controle do capital. Propagandar ideias no sentido de que o voto

livre é possível e, portanto, possível recheiar esses organismos com candidatos que atenderão às massas é um erro brutal, que caminha no sentido da submissão do movimento à política burguesa.

Essa vivência coletiva nos permitiu fazer avançar a consciência de classe e, uma vez aprovada a reforma da Previdência, entendeu-se que impor a revogação seria uma tarefa difícil. A base, em posse dessa avaliação, e disposta a continuar na defesa de seu direito, procurou a unidade.

Essa é a base que pôs por terra o intento das burocracias em encerrar o desgaste na votação de 26 de dezembro. Essa é a base que impôs a unidade real, por meio das ações conjuntas nos bairros, nas assembleias e manifestações de rua. Essa é a base que foi às ruas, mesmo sabendo das dificuldades que enfrentaria. Mesmo tendo conhecimento de seu isolamento. Mesmo sabendo que só a Greve Geral poderia derrotar toda e qualquer proposta de reforma da Previdência, seja municipal ou federal. Mesmo vendo a morosidade e apatia das Centrais Sindicais na organização dessa Greve Geral. Mesmo desconfiada de sua direção, essa base não se omitiu à luta, retomando a greve, por mais 33 dias.

Dedicamos esse folheto a esses valentes lutadores!

Que eles não cessem sua luta aqui, mas contribuam para organizar uma fração revolucionária no seio do sindicato, e marchem juntos no caminho da destruição dessa burocracia vendida. No sentido de erguer a Greve Geral contra a reforma de Bolsonaro/Guedes. No sentido da defesa de nossas condições de trabalho e salário. No caminho da destruição do capitalismo e pela construção da sociedade socialista.

Um Viva à greve dos trabalhadores do serviço público da cidade de São Paulo!

Balanço

1. Breve histórico da greve

Durante as jornadas de luta de 2018, a educação municipal da cidade de São Paulo protagonizou a resistência à implantação da reforma previdenciária, lutando pela retirada do PL 621. Projeto esse que continha um ataque frontal às condições salariais da esmagadora maioria dos servidores públicos municipais. Os professores ganharam as ruas, em greve, por 20 dias, paralisando a quase totalidade das escolas.

Nessa fase do movimento, o processo eleitoral, para os cargos de presidente da República, governadores e deputados, expressava o quadro político do momento. Após inúmeras assembleias massivas, seguidas de gigantescas manifestações de rua, o governo de João Doria foi obrigado a recuar. Fragilizados pela disputa eleitoral que se aproximava, os vereadores da base do governo, e o próprio prefeito, em comum acordo com a burocracia sindical, estrategicamente, propuseram adiar momentaneamente a votação do PL.

Concluído o processo eleitoral, em outubro de 2018, os vereadores retomaram o projeto de confisco e, na madrugada de 22 de dezembro, quando não havia mais manifestantes, aprovaram o PL em primeira votação. Em 26 de dezembro, foi o golpe final. Aprovou-se, em segunda e última votação, o PL 621, que instituiria o aumento da alíquota de 11% para 14%, assim como a criação do SAMPAPREV, condicionando os novos integrantes ao serviço público do município ao teto do INSS.

O ataque à Previdência não se deu sem resistência feroz do funcionalismo, que enfrentou valentemente a repressão policial, chegando a pôr abaixo os portões da Câmara Municipal, dentro da qual se processava a corrupção dos parlamentares, em favor dos banqueiros, e à custa do suor de milhares de trabalhadores. Retomados os trabalhos da assembleia, a categoria aprovou o início de uma nova greve, porém, agora, unificada do funcionalismo, para o primeiro dia letivo da educação: 4 de fevereiro.

Iniciaria-se assim, a terceira fase do movimento, na qual se configurou uma luta pela revogação da Lei 17.020/18, nenhum confisco salarial, pela valorização dos serviços públicos, e pela valorização do servidor público, por meio de um reajuste linear de 10% para todo o funcionalismo. Essa pauta de reivindicações contribuía para que houvesse a unificação dos trabalhadores do serviço público municipal.

Essa terceira fase se deu num contexto político distinto do de março de 2018. A categoria já tinha conhecimento prévio do projeto de reforma da Previdência do governo federal, arquitetada por Jair Bolsonaro/Guedes. Diversas versões do projeto foram divulgadas pela imprensa burguesa, com vistas a convencer os trabalhadores. Todas as versões mostravam o grau de ataque que seria desferido à maioria explorada, com a retirada de direitos históricos, conquistados com muita luta.

Nesse sentido, é preciso ter claro que, apesar dessa greve partir de uma reivindicação municipal, ela em si era parte de uma luta nacional contra a reforma da Previdência federal. A vitória, na revogação do confisco salarial e da criação do SAMPAPREV, dependeria da conflagração de um movimento nacional. Ou seja, o que estava em jogo não era mais apenas a revogação da Lei 17.020/18, ou o reajuste salarial, mas era uma luta contra a PEC/06, enviada ao Congresso Nacional, a partir de 20 de fevereiro. Ao mesmo tempo, revogar a Lei municipal significava um passo importante no caminho para derrotar Bolsonaro. Para o governo e o capital financeiro, inversamente, era fundamental quebrar a resistência de São Paulo, maior cidade do país, e onde se deu o mais amplo movimento contrário à reforma previdenciária, em 2018.

É por isso que, no dia 22 de fevereiro, reivindicamos no Conselho da APEOESP a unidade com o funcionalismo municipal.

No entanto, a burocracia desse sindicato se mostrou desinteressada na unidade. Marcou a primeira reunião de representantes (RE) somente para o dia 12 de março, e a convocação da primeira assembleia apenas para o dia 22 desse mesmo mês.

Entendemos que a importância da greve dos trabalhadores municipais de São Paulo tomou outra magnitude. No entanto, encontrou profundos obstáculos na política das direções sindicais, e na constante resistência das centrais sindicais em convocar a greve geral. Resistência essa persistente, até o momento em que este folheto é escrito. Armaram um “calendário de luta” subordinado ao parlamento. Minaram, com isso, qualquer chance da unidade de todos os trabalhadores.

Temos claro que, diante dos brutais ataques da burguesia financeira e de seus governos lacaios, somente a resistência dos oprimidos, sob a direção da classe operária, poderá colocar abaixo o projeto nefasto de reforma da Previdência.

2. Os caminhos da resistência e a unidade da base

Retomada em 4 de fevereiro, a luta contra a reforma da Previdência surpreendeu pela sua extensão – foram 33 dias de intensa greve – e pela massividade nas assembleias, chegando a 80 mil presentes, mesmo em dias de chuvas torrenciais, e havia a convicção de que a Previdência era um direito inegociável, e, por isso, era preciso defendê-la a todo custo, apesar de todo o cansaço e desgaste físico para aqueles que já vinham, desde 2018, resistindo à implantação dessa reforma. Sem esquecer que a proposta inicial de 2015 era de autoria do então prefeito, Fernando Haddad/PT, que apresentou a criação do SAMPAPREV.

Diversas foram as experiências – passeatas multitudinárias pelas principais avenidas de São Paulo, causando bloqueios em diversos pontos da cidade; os comandos unificados, que percorreram as unidades do serviço público; atos regionais com panfletagens para o esclarecimento da população – que contribuíram para que a greve ganhasse fôlego a cada assembleia, realizada duas vezes por semana. Assim, crescia a disposição de luta da base grevista, que não arredava pé das assembleias.

É dessa forma que, dentre todos esses elementos, há um

distintivo e inédito no movimento do funcionalismo público de São Paulo: a *unidade da base*. Essa unidade se expressou nos comandos de greve regionais, nos atos regionais e nas assembleias e manifestações gerais. Atuavam juntos professores, supervisores, diretores de escolas, assistentes sociais, sepultadores, médicos, servidores das UBSs, dentre outros.

Os comandos de greve regionais unificados percorreram escolas, postos de saúde, necrotérios e outros serviços municipais, a fim de convencer uma parte do funcionalismo, que ainda não havia aderido ao movimento. Essa ação do comando foi imprescindível para a construção da greve, tornando-a cada vez mais sólida. Além disso, foram esses comandos que protagonizaram os atos regionais, parando avenidas importantes e fazendo panfletagens em lugares estratégicos, para esclarecer a população do motivo da greve.

Para além da atuação conjunta na greve, a aproximação prática dos diferentes ramos do funcionalismo público propiciou o conhecimento da realidade que cada segmento vem sofrendo, com a precarização e privatização, cada vez maiores dos serviços públicos. Um exemplo é o caso das UBSs, quase integralmente privatizadas. Dentro das Unidades Básicas de Saúde, restam apenas alguns funcionários concursados. Em algumas, esses não passavam de três a cinco trabalhadores. A esmagadora maioria trabalha em regime precário, via empresas terceirizadas. Fato semelhante se dá nas unidades de educação infantil, que atendem à faixa etária de 0 a 3 anos. Encontramos três categorias de creches: a CEI direta (14,14%), inteiramente pública; a CEI indireta (16,78%), cujos prédios são da prefeitura, mas a gestão é privada, e há as creches conveniadas (69,08%), cujo prédio (espaços adaptados) e gestão são privados. Nos CEIs indiretos e creches conveniadas, os professores têm uma jornada maior de trabalho com os bebês e crianças (8 horas), e recebem salários menores, que correspondem a aproximadamente 50% do salário dos professores da rede direta.

É dessa maneira que, a partir da unidade real na luta, se pôde ter conhecimento dos desdobramentos particulares de um fenômeno geral da privatização. E o conhecimento comum dessa realidade é certamente uma grande conquista desse movimento.

Assim, o primeiro passo, o da unidade do funcionalismo, já estava posto. Era então necessário avançar na superação do isolamento da greve dos municipais. O segundo passo seria, então, a unidade com todos os trabalhadores, pois, a força dessa greve deveria impulsionar a classe operária. Os trabalhadores municipais apontaram o caminho correto para a vitória, e pressionaram os burocratas sindicais à unidade, mas, como veremos mais adiante, não passou de uma unidade formal.

Ressaltamos aqui que nem mesmo a imposição do governo, quanto à lista dos nomes dos grevistas, nem mesmo o corte de ponto, fraturaram a unidade da base. Ao contrário, desconhecera-se as orientações impostas, e encaminhou-se apenas o número de grevistas, e não seus nomes. Quanto ao cortes de pontos, muitas escolas, cuja paralisação não era integral, chegaram a 100%, em resposta às ameaças do prefeito. Quando o corte se efetivou, o movimento não arrefeceu. Os mais aguerridos deram de ombros, declarando abertamente que a luta era mais importante.

O prefeito manobrou para quebrar a greve já no seu início, mas, tais manobras não surtiram efeito. Partiu então para o silêncio, não reconhecendo a existência do movimento. Tentava de todas as formas vencer os lutadores pelo cansaço. No entanto, diante do avanço do movimento geral do funcionalismo, teve de reconhecer a greve e chamar para as mesas de negociação a representação dos grevistas, composta pelas direções das entidades, no denominado Fórum das Entidades.

A unidade da base foi o pilar da greve. Foi ela quem permitiu a resistência heroica dos trabalhadores. Que, só não foi mais adiante, não por causa dos feitos e manobras do prefeito, mas por causa da política conciliatória e imobilista das direções, que desfizeram a greve, quando ela tinha tudo para ser a ponteira de lança de um movimento nacional contra a reforma da Previdência.

3. Pressão da base força unidade formal da burocracia sindical

A direção sindical foi composta pelo Sinpeem, Amasp, Anis, Aprofem, Sindsep, Sinesp e Sedin. A direção majoritária está

a cargo do Sinpeem, comandada pela Compromisso e Luta (CL), corrente liderada por Cláudio Fonseca. A Compromisso e Luta é uma frente, composta por militantes sem partido, por filiados ao PT (como é o caso do secretário-geral, Cleiton Gomes, que é da Articulação Sindical, e atualmente compõe também a direção da CNTE), e outras organizações, como o PPS, partido do próprio Cláudio Fonseca. Ou seja, é um amálgama sem programa claro. São raros os momentos em que se coloca publicamente como corrente organizada, com material de propaganda, etc. Na verdade, o que dá coesão ao grupo é o caudilhismo do presidente do sindicato.

Foram essas as direções que conduziram a greve, desde o ano passado, quando Bruno Covas fez de tudo para implantar o SAMPAPREV e impor o confisco salarial, sob o inesquecível dia 26 de dezembro, em frente à Câmara Municipal: do lado de dentro, o circo estava armado pelos 33 vereadores comprados pelos banqueiros, para votarem o PL 621. Do lado de fora, a repressão sobre os manifestantes para impedir a ocupação da Câmara e inviabilizar a votação. E, no caminhão de som, a burocracia contribuindo para arrefecer os ânimos dos manifestantes, chamando-os a um ato pacífico.

Foram essas as direções sindicais que se opuseram à Corrente Proletária, quando esta defendeu que aquela manifestação se tornasse um grande comando de ação, e que iniciasse a greve do funcionalismo nos setores que não estavam em férias. Que era preciso instalar o caos na cidade para se contrapor ao confisco e alardear à população que a reforma previdenciária estava sendo implantada na capital. Que caberia à educação, o setor majoritário do serviço público, impulsionar essa ação. Afinal, mesmo tendo entrado em férias, havia presente, em todas as manifestações, uma militância aguerrida, que sempre esteve disposta a compor os comandos, e fazer ações para derrotar a política do governo.

Essa proposta foi bem votada na assembleia, porém, venceu a proposta imobilista das direções sindicais e da maioria dos setores da Oposição. Todas as direções do movimento defenderam o começo da greve apenas para o dia 4 de fevereiro, início do ano letivo. Por fim, a educação entrou em férias, e os demais setores do funcionalismo continuaram trabalhando.

No entanto, a direção burocrática do Sindsep (Sindicato dos Servidores Públicos de São Paulo), pressionada por sua base, foi obrigada a incorporar a proposta defendida pelo POR, na assembleia do dia 26 de dezembro, convocaram assim uma plenária para a composição de um Comando Unificado. Plenária essa, realizada em 8 de janeiro. Aparentemente, seria apenas uma reunião composta pela base petista do Sindsep, representado por militantes de várias regiões. Mas, além do presidente do Sindsep, os Engenheiros, o secretário geral do Sinpeem, o POR e o MRT também estiveram presentes.

A direção do Sinpeem deixou claro, através da posição de seu Secretário, que não pretendia participar das atividades do Comando Unificado. Durante a plenária, disse que o sindicato não assumiria nenhuma atividade. Que a entidade faria apenas cartas aos filiados sobre a reforma da Previdência, e as reuniões da diretoria e do Conselho de Representantes, no dia 31 de janeiro, informando que a greve iria ter início no dia 4 de fevereiro.

Como se vê, a burocracia do Sinpeem estava de férias. Mostrou-se corporativista, ao se manter ausente do comando de base unificado, que visava, já no mês de janeiro, a fazer a divulgação da greve, por pressão da base. Na verdade, não acreditava na possibilidade da greve após a aprovação do SAMPAPREV. Com certeza, a derrota do movimento, em dezembro, pesou fundo sobre o conjunto da categoria.

No final de janeiro, Cláudio Fonseca/PPS, participou da reunião do Fórum, com o objetivo de discutir um panfleto unificado com as principais reivindicações do movimento. Além disso, visava a pressionar o Ministério Público a aprovar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) do SAMPAPREV, que fora impetrada pelo próprio presidente do Sinpeem. Essa saída alternativa, que rompia com o método da ação direta, não surtiu efeito. Nesse sentido, as direções burocráticas foram obrigadas a investir na organização do movimento grevista.

No dia 31 de janeiro, Cláudio Fonseca, durante a reunião da diretoria, informou que conseguiu avançar na unidade com os setores do Fórum. Mas, para isso, observamos que teve de abrir mão da supremacia do Sinpeem, obrigado a aceitar que

a direção do Fórum seria conduzida pela presidente da Apro-fem. Assim, o pacto foi formalizado.

É válido ressaltar que, das 40 entidades que compõem o Fórum, apenas 8, citadas inicialmente, manifestaram alguma ação prática. São entidades dirigidas pelo PT, PCdoB e independentes, que foram arrastados pelo caudilhismo do presidente do Sinpeem que, com pouca margem para continuar manobrando, se valeram oportunamente da frágil aliança. No entanto, foi principalmente a pressão da base, que sentia na carne o ataque às suas condições de vida, que impôs essa unidade.

Mas, lembremos que, apesar da fragilidade, diante da profunda insatisfação da categoria, com a aprovação do PL 621, a burocracia sindical não abandonou seus métodos autoritários e antidemocráticos. Dirigia as assembleias sem dar voz à Oposição e à base, boicotando deliberações importantes, como a de parar várias vias da cidade ao mesmo tempo.

No entanto, a adoção desses métodos não surtiu o efeito esperado, e, por diferentes momentos, a burocracia sindical perdeu importantes votações na assembleia. Assim, num claro gesto de desespero em perder o controle do movimento, intensificou o controle das falas, divididas apenas entre a burocracia. E, as poucas cedidas à oposição – após forte pressão – eram distorcidas.

Assim, a frágil e circunstancial unidade, considerando o aparelhamento das entidades, e o oportunismo e autoritarismo das direções, acabou não resultando no controle efetivo da mobilização pelos próprios grevistas. Faltou concretizar a bandeira, defendida pela Corrente Proletária, de constituição de um comando centralizado, eleito em assembleia, medida necessária para fazer frente à política das direções.

4. O corporativismo e o aparelhismo esfacelam a unidade forçada das direções sindicais

A imagem de unidade das burocracias sindicais foi sendo aos poucos esfacelada. Quatro momentos indicam essa situação de rompimento da unidade burocrática. Quatro momentos que indicavam que a disposição de luta da classe era

de radicalização do movimento e que, se preciso fosse, passariam por cima das direções. Enquanto as assembleias expressavam esse grau de radicalismo, as direções procuravam desviar seu curso para ações pacíficas.

O primeiro conflito se deu nas decisões sobre o percurso das passeatas. Enquanto as burocracias do Fórum, em comum acordo com a polícia, indicaram o trajeto até o IPREM (Instituto de Previdência Municipal), a assembleia deliberou o bloqueio das grandes avenidas e rodovias. O primeiro caso se deu na Marginal Tietê, em que a repressão policial impediu o prosseguimento dos grevistas, que insistiam no cumprimento de uma deliberação de assembleia. A direção, alegando questão de segurança, escorou-se na ala pacifista do movimento, para manter o trajeto original, defendido pelo Fórum. No segundo caso, da Radial Leste, o Fórum se contrapôs com a proposta da enfadonha marcha até a Paulista. A votação ficou dividida, com a nítida impressão de vitória da primeira. No entanto, escorada pelo defensor da proposta da Radial, considerou a vitória do trajeto da Paulista.

O segundo conflito se deu quando, na terceira semana de greve, o prefeito Covas mandou cortar os salários dos grevistas. A assembleia deliberou, por unanimidade, a formação do fundo de greve. No entanto, até o final do movimento, o fundo não havia sido implantado. A explicação mais concreta era de que o Sinpeem não abriria mão de seus recursos milionários, assim como as outras entidades alegavam não tê-los. Só em pensar em dispensar verbas para outras atividades, diferentes das previstas, colocava em pânico as burocracias. Nas duas reuniões do comando de greve centralizado, que ocorreram na sede do Sinpeem e nas últimas assembleias, isso ficou claro. A burocracia se digladiava sobre problemas técnicos, com riscos de desfazer a unidade. A base percebia que as burocracias não estavam dispostas a conduzir o movimento até suas últimas consequências para derrotar o governo.

O terceiro momento de conflito importante foi entre as próprias burocracias. Diante da programação de um curso online, organizado pelas Diretorias de Ensino e pelos sindicatos, como forma de abonar a quarta-feira de cinzas, que ocorre todos os anos, as burocracias se dividiram entre aplicar ou

boicotar o curso a seus associados. Colocado em assembleia pelo presidente do Sinpeem, com a posição de não fazer o curso, foi unânime a rejeição à aplicação do curso. No entanto, as outras entidades já haviam decidido por sua aplicação, porém, às escondidas. Quando foi colocado na assembleia e rejeitado pela maioria, foi motivo de um intenso conflito entre os burocratas, aos olhos da base. A consequência concreta na aplicação do curso foi de dar fôlego à parcela que estava furando a greve. Chegando ao cúmulo de haver desfiliação do Sinpeem, e a filiação às entidades que aplicaram o curso promovido pelo governo, como a Aprofem. Esse terceiro conflito revelou as dificuldades em se fazer unidade de fato entre as burocracias, que são aparelhistas e corporativistas.

Por último, foi o debate sobre a participação do movimento no Dia Nacional de Luta contra a Reforma da Previdência de Jair Bolsonaro/Guedes, convocado pelas Centrais para o dia 20 de fevereiro, na Praça da Sé. Em meio a isso, estava a decisão da data da próxima assembleia. A Aprofem, corporativista, defendeu o dia 18/2; em reunião de diretoria, o Sinpeem, juntamente com setores da Oposição, defendeu o dia 19/2. A Corrente Proletária defendeu a necessidade do movimento se incorporar ao dia 20/2, como forma de projetar a greve e exigir das Centrais a convocação imediata da greve geral. Posto em votação, ficou claro que a base decidiu por aderir ao movimento nacional de luta contra a reforma da Previdência. No entanto, diante de milhares de votos favoráveis ao dia 20, as direções consideraram o dia 19 como a proposta vencedora. A orientação geral era de que os grevistas participariam do movimento nacional por conta própria. Ficou evidente que as burocracias defendiam a ideia de que a luta contra a reforma nacional deveria estar a reboque do calendário do Congresso Nacional. Mas, o mais importante, é que as burocracias agiram conjuntamente para impedir que a greve do funcionalismo municipal de São Paulo avançasse para uma greve nacional.

Esses quatro momentos de conflito entre a base e as direções burocráticas, ou entre elas mesmas, mostraram os traços burocráticos das direções sindicais, típicos dos sindicatos da fase imperialista. As direções dos sindicatos, por não ultrapassarem os limites corporativos, e, por não empunharem

um programa revolucionário, acabam sendo instrumentos de colaboração de classes. Ou seja, são obstáculos ao desenvolvimento da luta de classes. Facilitam a aprovação das medidas capitalistas que retiram direitos dos trabalhadores. O controle burocrático das assembleias mostra a subordinação dessas direções diante dos ataques da burguesia financeira. Sob tal política, jamais se daria uma unidade real entre as direções sindicais.

5. Os obstáculos à greve geral são de responsabilidade das Centrais Sindicais

A greve dos trabalhadores do município de São Paulo tinha a potencialidade de impulsionar o funcionalismo de outros estados a se mobilizarem contra a reforma da Previdência de Jair Bolsonaro/Guedes, especialmente se saíssemos vitoriosos. No entanto, era necessário sair de seu isolamento e ganhar projeção nacional. Nesse sentido, as burocracias das centrais e sindicatos contribuíram para que nosso isolamento se mantivesse. Isso porque, não são contrários de fato a uma reforma da Previdência. Por isso pretendem se colocar apenas no campo da disputa de “projetos de reforma” por meio da pressão parlamentar.

No dia 20 de fevereiro, o governo federal expôs o teor do projeto de reforma da Previdência, ao dar entrada no Congresso Nacional. A essência da reforma se apresentava nefasta ao conjunto dos trabalhadores. Exigia 40 anos de contribuição para a aposentadoria integral, tanto do setor privado como público; elevava a idade mínima das mulheres para 62 anos, e para 65 aos homens; penalizava ainda mais os trabalhadores rurais, e introduzia o sistema de capitalização.

No mesmo dia 20, as Centrais Sindicais convocaram uma “Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora”. O objetivo desse ato era dar início à campanha contra a reforma da Previdência. No entanto, não passou de um “esquenta”. As centrais demonstraram a todos que estavam esperando o projeto ser colocado em votação no Congresso Nacional. Ou seja, que estavam a reboque do calendário do governo e do parlamento para fazer a luta.

No dia 22 de fevereiro, o sindicato dos professores do estado de São Paulo, Apeoesp, convocou os professores para o primeiro conselho do ano. Seu calendário de mobilização demonstrava o desinteresse da direção burocrática do sindicato em unificar com os grevistas do município. Marcou a primeira reunião de representantes (RE) somente para o dia 12 de março, e a convocação de uma assembleia apenas para o dia 22 de março. A Corrente Proletária interveio no CR exigindo que a direção convocasse a assembleia para o dia 8 de março, visto que era um dia nacional de luta das mulheres contra a opressão de classe. Nesse dia, também ocorria a assembleia dos municipais. A burocracia sindical se manteve inerte à nossa exigência, e manteve seu calendário imobilista.

Defendemos que era necessário que as Centrais Sindicais e os sindicatos convocassem imediatamente a greve geral e potencializassem a greve dos municipais. Preferiram manter o calendário imobilista. Diante do isolamento praticado pelas Centrais Sindicais e pelos sindicatos, a greve dos trabalhadores municipais não tinha como se manter viva. Dessa forma, as migalhas oferecidas pelo prefeito Bruno Covas foram suficientes para acabar com uma greve que resistia contra a reforma previdenciária municipal, estadual e federal.

Sobretudo, é importante ter clareza de que a tática da pressão parlamentar levará, inevitavelmente, à aprovação de uma Reforma da Previdência, provavelmente com alguns pontos irrelevantes negociados entre a burguesia. É o que demonstrou a experiência da luta contra a reforma trabalhista. A ideia de “convencer” os deputados e senadores a votarem contra a PEC implica colocar a tarefa primordial para os trabalhadores do país nas mãos das ratazanas da política burguesa, no Congresso Nacional, dominado pelas diversas frações da burguesia e pelas oligarquias. A Corrente Proletária, ao contrário, sempre defendeu uma linha de independência de classe.

Defendemos que era necessário que as Centrais Sindicais e os sindicatos convocassem imediatamente a greve geral, potencializando assim a greve dos municipais. No entanto, mantendo o calendário imobilista, as Centrais agiram concretamente para a manutenção do isolamento da greve dos trabalhadores municipais e, com isso, agiram em favor da morte do movimento.

Sobretudo, é importante ter clareza de que, na luta de classes, a estratégia determina as táticas. O que quer dizer que só com a greve geral será possível pôr abaixo a reforma da Previdência, imposta pelo capital financeiro. Do contrário, a tática da pressão parlamentar levará, inevitavelmente, à aprovação de uma Reforma da Previdência, com alguns pontos negociados entre a burguesia.

6. Atuação da Corrente Proletária: defesa do programa proletário

A Corrente Proletária na Educação interveio na greve do funcionalismo da cidade de São Paulo, com a linha inicial de que era necessário expandir e fazer valer a greve unificada. Essa unidade e força de expansão deveriam se materializar em comandos de greve unificados, capaz de paralisarem todas as escolas da rede, as unidades de saúde, os cemitérios, as unidades de atendimento psicológico, dentre outros serviços.

Uma vez cumprida a tarefa de unificar e expandir a greve, era necessário partir para a radicalização dos métodos. E, assim foi a linha da Corrente Proletária na Educação. Defendemos que os comandos de greve regionais bloqueassem as grandes avenidas. Que não se limitasse à simples panfletagem em terminais ou estações de ônibus e metrô. Defendemos a ação unificada entre os comandos de diferentes regiões, de modo a planejar bloqueios no mesmo dia e horário.

Conjuntamente aos comandos regionais, defendemos a necessidade dos comandos centrais, que servissem de força articuladora para o planejamento das ações diretas. Organizasse a convocação da população, por meio de boletins unificados da greve. Que organizasse os pais e os filhos, para estarem nas mobilizações de rua. Que organizasse a intervenção junto aos demais trabalhadores, como os professores da rede estadual. Era preciso chamar a APEOESP a aprovar a greve, e se unificar com os servidores municipais.

Sistematicamente, a Corrente Proletária na Educação defendeu em carro de som o chamado às Centrais Sindicais, para que convocassem a classe operária e demais trabalhadores a se unificarem à greve dos servidores contra a reforma da

Previdência. Que, por mais que se tratasse de um ataque do prefeito da cidade de São Paulo contra o funcionalismo, essa era uma tendência geral dos governos de reformar a Previdência social. Haja vista a reforma nacional em andamento.

Com essa linha, a Corrente Proletária na Educação se reuniu em 17 de fevereiro, de modo a avaliar o andamento da greve e encaminhar os próximos passos da Corrente para o movimento. Essa reunião se deu sob a certeza de que os até então 60 mil trabalhadores, semanalmente nas ruas, indicavam uma forte tendência de resistência à reforma da Previdência. Somado a isso, o fato de a população nos bairros ter apoiado enormemente a greve dos servidores, podemos afirmar que a disposição de resistência aos ataques dos governos estava dada. Careceu, no entanto, de uma direção revolucionária no interior dos sindicatos, para potencializar essa tendência.

Em meio à nossa greve, a Ford anunciou, em 19 de fevereiro, o fechamento da planta, em São Bernardo do Campo. Os operários responderam de pronto com a greve. Desde então, passamos a defender que os Comandos organizassem a ida do movimento à Ford. Participar de suas assembleias, informá-los da nossa greve e propor a unificação dos servidores municipais com os operários da Ford. Assim o fizemos, por entender que as causas, por detrás da imposição da reforma previdenciária e o fechamento da montadora, são comuns e residem na crise capitalista. Crise esta que leva o capital financeiro a aumentar seu espólio sobre as nações oprimidas, cobrando o pagamento da dívida pública, por meio dos cortes sociais e retirada de direitos.

Assim, seguimos com nossa intervenção, presentes nos comandos de greve, presentes nas assembleias, sem perder de vista a importância da unidade dos servidores municipais, a necessidade de radicalização, a necessidade de unificar com outros setores, como os professores da rede estadual, e principalmente, com a certeza de que a greve do funcionalismo da cidade de São Paulo nada mais era do que o prelúdio de uma Greve Geral Nacional contra a reforma da Previdência nacional.

A Greve Geral teria sido o fator determinante para o desenlace positivo da nossa greve. Uma vez que ela não se materializou, comprovou-se que a greve isolada do funcionalismo não

teve forças para vencer, em última instância, as orientações do imperialismo na questão da Previdência. É válido observar que, em meio a nossa greve, ocorreu o “Dia 20 de Março”, o dia nacional de mobilização contra a reforma da Previdência, chamado pelas centrais sindicais. Esse era o dia para decretar a greve geral e elevar a greve do funcionalismo ao patamar nacional. Mas, as direções deram de ombros, e corroboraram para o fim de nossa greve, sem a vitória material: o fim do confisco e do SAMPAPREV.

Apesar do controle das direções, a Corrente Proletária na Educação foi capaz de dar expressão a uma parcela significativa da categoria. Com assembleias divididas. A direção sindical chegou a perder sucessivas votações. Na assembleia que decretou o encerramento da greve, isso não foi por maioria esmagadora. A assembleia rachou. Mas, o impasse estava colocado, ou a burocracia organizava ações mais radicalizadas, no caminho de uma greve geral, ou, diante da intransigência da prefeitura – que por dias a fio sequer recebeu os sindicatos – colocava fim uma greve de dura resistência, e, com isso, enfraqueceria ainda mais seu controle sobre a base.

O desenlace da greve foi amargo a todos, mas, o único admissível para uma direção que é base aliada do prefeito Bruno Covas/PSDB, uma burocracia autoritária, antidemocrática, que não permite que a base se pronuncie livremente, que cerceia a fala à oposição. Uma direção que é serviçal da burguesia, jamais levaria o movimento à vitória. Apenas uma direção revolucionária é capaz de levar o movimento até as últimas consequências no conflito aberto com a burguesia. E a Corrente Proletária na Educação trabalha e se arma para ser essa direção revolucionária.

Como forma de demonstrar a atuação concreta da Corrente Proletária durante a greve, colocamos abaixo as experiências vividas em cada região.

Zona Leste: São Mateus

O POR se integrou à campanha pela construção da greve, desde o começo de janeiro. Na plenária, organizada pelo Sindisep, no dia 8, ficou responsável pela região de São Mateus.

Assim, visitou várias unidades da Saúde, e constatou que a maioria já está municipalizada ou terceirizada, desde a gestão do prefeito Fernando Haddad/PT. No Hospital Geral da região, constatou que os funcionários ainda são servidores estaduais. Na região do Jd. Tietê, a UBS foi reaberta, porém, municipalizada. Além disso, foi construído um mini hospital – UPA – 24 horas, ao lado da UBS. Mas, totalmente terceirizada e sob o controle da Fundação Santo André. Somente as UBSs do Parque São Rafael e do Jardim Colorado permanecem totalmente sob o controle do município.

Essa descrição mostra a importância de conhecer com antecedência à situação das unidades de saúde, e os problemas enfrentados pelos trabalhadores, para poder chamá-los a lutar com uma política proletária. Tanto foi importante que, no dia 5 de fevereiro, segundo dia da greve, o POR visitou essas duas unidades, fazendo o debate com a população. Houve a compreensão imediata de que os servidores estavam precarizados, por conta da política dos governos, dos cortes de verbas na saúde e na educação. Que era preciso apoiar o movimento dos trabalhadores municipais, lutando em unidade para derrubar a política de sucateamento dos serviços públicos, implantado pela burguesia e seus governos.

Percebemos que os trabalhadores que utilizam o serviço público compreendem o processo de privatização sofrido, e que rejeitam a reforma da Previdência proposta por Bolsonaro/Guedes. Isso permitiu alavancar o movimento de paralisação dessa UBS. Os grevistas se sentiram confiantes para participar do comando de greve, unificados com os trabalhadores da educação e dos assistentes sociais. Essa unidade foi fundamental para a compreensão da luta e da necessidade da greve geral, para combater a reforma antinacional e antipopular do governo federal.

Muitas ações foram feitas durante os 33 dias de greve. As reuniões diárias dos comandos unificados, os debates nos locais de trabalho, as assembleias com a comunidade, com os trabalhadores nas ruas, as ocupações das avenidas, como a Mateo Bei e a Radial Leste, a ocupação da Diretoria de Ensino e da subprefeitura de São Mateus foram atividades de grande aprendizado para os lutadores dessa região.

Os lutadores passaram a adquirir mais confiança, a cada ação contra o governo.

A Corrente Proletária conseguiu agrupar todos os setores e envolver todas as correntes políticas que militam na região nas atividades gerais da greve. Os supervisores de ensino, diretores, enfermeiros, assistentes sociais não se intimidaram diante do corte de ponto. Esse foi mais um motivo para entrarem na Diretoria de Ensino e na subprefeitura, para cobrar os funcionários que ainda não haviam paralisado. Sem dúvida nenhuma, a experiência da unificação, na prática, foi o que permitiu dar fôlego ao movimento grevista.

Foi uma greve de resistência, que trouxe novas lições, e mostrou a coragem dos lutadores no enfrentamento ao governo. Infelizmente, o movimento foi abortado pelas direções do Fórum das Entidades, sem que esse objetivo fosse alcançado. Certamente, todos os lutadores estão fazendo o balanço dessa luta. E deve ter ficado registrado que novos movimentos terão de acontecer. Que devemos ampliar a unidade com os outros setores da economia para atingir uma paralisação nacional vitoriosa.

O POR defendeu abertamente à necessidade da paralisação da classe operária, como forma de colocar abaixo a reforma da Previdência municipal, estadual e municipal. Mostrou a necessidade de construir uma nova direção para os movimentos. De colocar para correr as burocracias, que são a mola de contenção da luta de classes.

O POR sempre defendeu a construção de um sindicato classista. Um sindicato independente da burguesia, baseado no método da ação direta e da democracia sindical. Para isso, propõe construir uma direção revolucionária no movimento sindical. Uma direção que encarne o programa do proletariado, de destruição do capitalismo decomposto. Afinal, sem uma política revolucionária, não haverá ação revolucionária. É isso que nos ensina o marxismo-leninismo-trotskismo. Chamamos a todos os lutadores a construírem as frações revolucionárias nos sindicatos e em todos os movimentos, para garantir a vitória da luta do proletariado e demais explorados.

Região do Butantã

A Corrente Proletária na Educação participou ativamente do Comando de Greve Unificado da região do Butantã: chamou e participou de reuniões organizativas, participou dos comandos em escolas, UBSs, AMAs e outros segmentos do serviço público municipal, além de atos e panfletagens.

A região do Butantã conseguiu organizar, de fato, os comandos unificados, contando com a presença de professores, diretores, ATEs, assistentes sociais, médicos, sepultadores. Essa unidade fez com que os comandos ficassem cada vez mais fortes e, assim sendo, foi possível mobilizar muitos servidores.

Desde o início da greve, o comando unificado se mobilizou para aumentar a adesão ao movimento e, também para realizar ações, para que a Greve ficasse cada vez mais ativa: atos que fecharam vias, como a Eusébio Matoso, e panfletagens com caminhão de som, nos metrô Butantã e São Paulo Morumbi.

Além disso, foram feitas reuniões com as comunidades atendidas pelos serviços que estavam paralisados. Percebemos um grande apoio por parte da população.

A mobilização no Butantã foi intensa. A maioria das escolas tinha um índice alto de paralisação, algumas paralisadas totalmente. Os outros segmentos também demonstraram muita combatividade. As retaliações impostas pelo governo foram altamente rechaçadas. O comando unificado se organizou e promoveu manifestos, em cada local em que os trabalhadores tiveram seu ponto cortado. Na maioria dos casos, o processo foi revertido, como na DRE Butantã, em que o dirigente regional, pressionado pelos grevistas, retirou as faltas dos supervisores que se encontravam 100% paralisados mostrando, assim, a força dos trabalhadores.

Unidade na Freguesia/Brasilândia

Nos comandos de greve da região da FÓ, houve a unidade entre os diversos setores do funcionalismo municipal. Diariamente, militantes da saúde, educação, assistência social e outros se organizavam para visitar as unidades em que os trabalhadores ainda estavam indecisos em paralisar as atividades.

Além das visitas, participaram unificados nos atos regionais e nas panfletagens de esclarecimento da população. Muitos experimentavam pela primeira vez a participação em uma greve. Juntos estavam os militantes mais antigos da região, com os mais novos. A troca de informações sobre os diferentes setores do funcionalismo contribuiu para que pudessemos ter uma visão mais ampla sobre os problemas do conjunto do setor público municipal. Tomamos consciência concreta do grau de terceirização dos setores. Enquanto a educação possui uma parcela pequena dos trabalhadores terceirizados, como as equipes da cozinha, da limpeza e as creches conveniadas, a saúde informou que já se encontra 60% terceirizada, e grande parte sob o controle das Organizações Sociais (OSs). Isso se explica pelo fato de que, há anos, os servidores de outros setores não organizam o movimento grevista, muito em função do divisionismo, da burocratização e do corporativismo das direções sindicais.

Campo Limpo

A atuação da Corrente no Campo Limpo se deu através das visitas às escolas, das reuniões com as comunidades e outras atividades. Diferentemente de outras regiões, como na ZL e no Butantã, onde as ações dos comandos tinham uma coordenação mínima, no Campo Limpo, Capão Redondo e M'Boi Mirim, isso não ocorreu. Havia cerca de dez comandos fazendo visitas sistemáticas, mas percorrendo esse vasto território de forma anárquica. Faltou uma ação mais racional, para evitar desperdício de energia, tempo e de recursos. E, isso se deu apesar da cobrança feita pela Corrente Proletária, de realização de atividades regionais unificadas, de onde os comandos poderiam, ao se encontrarem, acordar rapidamente os itinerários; cobramos também uma maior integração com os companheiros da Saúde, mas essa ponte só foi sendo construída muito tardiamente, próximo do fim da greve.

Em que pese esse fator dispersivo, ruim para o movimento em geral, a Corrente seguiu com o trabalho de base paciente. Dois momentos se destacaram: quando houve uma reunião com a dirigente regional, para questioná-la em relação ao cor-

te de ponto, inclusive com a ameaça que pairava no ar – e que acabou se confirmando – de suspensão do pagamento dos supervisores de ensino; outra situação importante foi a visita à EMEF Fagundes Varela, no bairro Jd. Maria Sampaio. Lá, uma escola de larga tradição de luta, o diretor cortou o ponto dos grevistas. A atitude pegou todos de surpresa. No final, isso acabou revertido e contornado o problema.

Como saldo, um dos elementos que merece menção é a continuidade das reuniões com o Sindsep, particularmente pela tentativa de converter esse comando de mobilização em um comitê de luta contra a reforma da Previdência. A Corrente Proletária seguirá envidando esforços nesse sentido.

7. A posição do reformismo e do centrismo durante a greve é expressão da crise de direção

Além das direções majoritárias no movimento, já citadas acima, existe a oposição, que é composta por várias correntes políticas. Há uma frente oposicionista mais ampla, com grande expressão na base e cadeiras na diretoria, que é a Unidade da Oposição (UO). A maioria dela pertence ao PSOL, com suas múltiplas correntes internas. Congrega também o PSTU, o PCB e a Conspiração Socialista. Há também os agrupamentos que se reivindicam oposicionistas, mas que não estão dentro da UO, como a Oposição de Luta (LOI), a Liga Proletária Marxista e outros, além dos grupos de autonomistas e anarquistas. O Debate Cutista (O Trabalho/PT) fica num limbo, ora se aproximando da Compromisso e Luta, ora se distanciando, fazendo críticas.

A Corrente Proletária na Educação/POR compõe a UO. Entende que o setor majoritário constitui uma camada de dirigentes descolados da base, do chão de escola, atuando muitas vezes contra os interesses da categoria, servindo de correia de transmissão dos interesses do governo e da burguesia no interior do sindicato. Essa camarilha é expressão de um fenômeno que extravasa o Sinpeem, que são as *burocracias sindicais*. De forma mais ampla ainda, manifesta entre os trabalhadores da educação municipal a *crise de direção revolucionária*, que é um fenômeno histórico mundial.

Justamente por partir desse entendimento é que a Corrente Proletária compõe a UO. O que unifica esse setor é a necessidade de combater a burocracia sindical, a partir da luta em defesa da democracia operária e da independência de classe. Trata-se de um imperativo tático. O que não implica, contudo, em concordância com a política empunhada pelas demais organizações que integram a frente. Aliás, a liberdade de crítica é uma condição de extrema importância para a participação da Corrente dentro da UO.

Na verdade, a Corrente Proletária tem sido uma das mais ferrenhas críticas dos erros, tanto da direção majoritária, como da oposição de conjunto. E, se é verdade que esta saiu melhor dessa greve, em comparação com outras mobilizações do passado, isso não quer dizer que este balanço deva ocultar os seus pontos negativos. E a melhor maneira de realizar essa avaliação é fazer o caminho de frente para trás, isto é, tomar como ponto de partida o desfecho do processo.

Sim, dessa vez, a oposição pelo menos esteve do lado certo da trincheira, no momento agudo, na assembleia em que a burocracia sindical pôs fim à greve. Houve momentos, em anos anteriores, em que setores da oposição fizeram o triste papel de enterrar greves e movimentos importantes, ao invés de deixar a tarefa para a burocracia sindical. Foi o que se passou, por exemplo, em dezembro de 2018, quando a Corrente Proletária defendeu não entrar em férias, e erguer imediatamente a greve do funcionalismo, ao passo que coube ao coletivo Resistência-PSOL fazer a defesa contrária, lamentavelmente.

É preciso que os trabalhadores compreendam bem essa comparação (passado-presente), pois, nela, está a chave para a oposição avançar e, com isso, a própria categoria dar passos adiante na organização da luta. Certas decisões, tomadas em ocasiões delicadas, como se deu na assembleia do dia 8 de março, assumem uma relevância extraordinariamente superior a outras, dado que revelam uma linha política e podem, inclusive, delimitar uma fronteira de classe. É como se condensassem toda uma experiência. Não se trata de mais um ato de levantar as mãos, apenas. Não. Ali se encontra o ponto final de uma trajetória. Por isso, é tão importante observar, não só quem votou em quê, mas *como* tudo aconteceu.

Para começar, veja-se como se comportou a Compromisso e Luta. Toda burocracia teme as mobilizações massivas e radicalizadas, pois, nelas, as bases tendem a tomar em suas mãos o rumo da luta. Em outras palavras, o movimento sai do controle dos burocratas e passa, quase sempre, inclusive, a questioná-los. Está aí o motivo para as burocracias somente se colocarem a favor das ondas de mobilização quando estão pressionadas pelas bases. Mesmo nessas circunstâncias, costumam sabotar a luta nos bastidores e, diante do menor sinal de refluxo, passam a exercer abertamente o papel de coveiro.

Não obstante, essa não é uma tarefa fácil para os pelegos. Principalmente em situações como a enfrentada esse ano, com um governo duro, intransigente. A sobrevivência da burocracia depende de se apresentar como articuladora entre os anseios da categoria e o patrão, nesse caso, o governo municipal. Não pode sair de mãos abanando. Precisa ser hábil o suficiente para *substituir* a luta coletiva pelas negociatas a portas fechadas, comparecendo com essa imagem diante das bases, mas sem poder dizê-lo francamente. É obrigada a recorrer à demagogia, colocando-se cinicamente como uma humilde representante dos trabalhadores. Muitos caem nessa historieta.

A burocracia se apoia, assim, nos elementos mais conservadores da categoria. Essa imagem cuidadosamente construída de eficiência negocial serve para os trabalhadores de consciência mais atrasada se escorarem contra o método da ação direta. O Cláudio Fonseca, é preciso reconhecer, é mestre nessa arte. Associa habilidosamente a sua posição como vereador à de presidente do sindicato. Mostra certa desenvoltura no linguajar jurídico, ao mesmo tempo em que sabe o momento de vestir a camisa de sindicalista, e usar uma verborragia mais radicalizada. Ao se ver acuado, sabe quando deve recuar e assimilar parte do discurso adversário, e quando deve atacar, ameaçando e acusando. É capaz de defender a greve no carro de som, à tarde, e jantar com os representantes do governo, no mesmo dia.

Neste ano, construiu uma ampla unidade com os sindicatos do funcionalismo municipal, submetendo todos eles à sua política. Manipulou-os o quanto pôde, pois, sabia que a gravidade do ataque à Previdência impelia as outras burocracias, com

menor expressão e, portanto, menos poder de pressão sobre o poder público, a se colocarem debaixo do guarda-chuva do Sinpeem. Cláudio Fonseca pôde, dessa maneira, comparecer como artífice dessa unidade. Usou isso o tempo todo. Ficou desconcertado quando a presidente do Sedin, Claudete Alves, tentou lhe tirar esse trunfo, ou ao menos compartilhá-lo, quando, em uma assembleia, ela pegou em sua mão e fez elogios à unificação conquistada através do Fórum das Entidades.

Não tardou para vir o troco. Na assembleia que antecedeu à quarta-feira de cinzas, para quando estava planejado um curso “de formação” on-line, cuja finalidade real era fornecer a dispensa de ponto do dia, jogou a assembleia contra a dirigente do Sedin, bem como a Margarida, da Aprofem, e o Sérgio, do Sindsep. Este se saiu melhor, afirmando de maneira seca que acataria a decisão da assembleia. Margarida se atrapalhou toda, e a Claudete perdeu a compostura. Foi essa a forma, pouco sutil, do Cláudio mostrar novamente quem mandava ali. Utilizou-se de um posicionamento político correto – o tal curso devia ser suspenso mesmo, afinal, a categoria estava em greve ainda – para se diferenciar e se colocar por cima das demais burocracias.

Em resumo, o Cláudio tem sabido contornar as tendências mais radicalizadas que vêm da base, ao mesmo tempo em que tem conseguido galgar posições mais elevadas no quadro das burocracias sindicais.

O problema é que às vezes a situação sai do seu controle mesmo assim, o que mostra que a sua autoridade não é absoluta, e seu poder de fogo não é infalível. Foi o que aconteceu em 2012, quando se viu forçado a encerrar a greve contra a vontade da maioria da assembleia, que levantou as mãos pela continuidade. Naquela circunstância, sua imagem ficou bastante arranhada. Algo semelhante aconteceu nesse ano. Embora bastante dividida, a assembleia do dia 8 de março se posicionou majoritariamente contra a proposta de “suspensão” da greve. Muitos trabalhadores se sentiram traídos novamente.

É precisamente esse tipo de situação que todo burocrata profissional pretende evitar. Chocar com a base radicalizada pode levar ao desmoronamento da burocracia, enquanto camarilha encastelada. Está aí o motivo para o Cláudio ter

se socorrido dos presidentes dos outros sindicatos, para que dessem a palavra final quanto à aferição da votação de suspensão ou continuidade da greve. A ideia era se eximir da responsabilidade, ou ao menos diluí-la.

E, por que é tão importante destacar esse aspecto? Que relação têm esses acontecimentos com a análise da intervenção da oposição? Simples: dessa vez, a oposição não serviu de tábua de salvação para o Cláudio. Na já mencionada greve de 2012, coube ao ex-integrante da UO, Almir, o papel de defender o fim da greve. Depois disso, o problema se repetiu outras vezes, como em dezembro de 2018, experiência também citada acima no texto. Não é o caso aqui de fazer uma espécie de inventário, com cada equívoco dessa natureza. Já foi mencionado o suficiente para extrair a essência da questão: setores da oposição, por variados motivos, acabaram servindo no passado de anteparo à política traidora da burocracia sindical.

Às vezes, pelo afã de comparecer como “responsáveis” e, assim, extrair os dividendos eleitorais, posteriormente; às vezes, por expressar as pressões oriundas da própria base; não importa quantos exemplos se possam dar. A conclusão, ensinada pelo marxismo, é que a tática é determinada, em última instância, pela estratégia. Ou seja, toda ação política tem um programa por trás, e este vai sempre manifestar a formulação do objetivo histórico a ser cumprido.

Uma corrente reformista, por exemplo, tenderá continuamente a se diferenciar por sua suposta capacidade de elaborar “projetos alternativos”, de caráter progressista, a serem “disputados” no interior do Parlamento, pela via pacífica. No caso da greve desse ano, o PSOL, por exemplo, tentou de todas as formas projetar os seus “mandatos”, com várias intervenções na Câmara Municipal e fora dela. Um agrupamento mais à direita no espectro político, como o PPS do Cláudio Fonseca, especialmente pela posição que este ocupa como burocrata sindical, só poderia se comportar de forma mais pragmática, fazendo o que fosse preciso para preservar seus privilégios de casta.

Já uma organização revolucionária, como a Corrente Proletária na Educação, não poderia, por coerência com seu programa, fazer outra coisa, a não ser projetar os trabalhadores

em direção ao choque com a burguesia e seu Estado. Sua política só poderia florescer na medida em que a luta se radicalizasse, e o método da ação direta passasse à frente dos demais métodos passivos. Tinha consciência disso e interveio sistematicamente nesse sentido. Organizações com esse perfil programático podem, e até devem, adaptar a tática para os períodos de relativa calma, mas não é nesses momentos que sua influência tende a aumentar. A greve (assim como as ocupações, etc.), ao contrário, costuma ser o terreno mais fértil para o desenvolvimento de sua política. É quando os explorados passam, também, por estarem realizando eles mesmos a sua experiência, a ouvir com mais atenção o que os revolucionários têm a dizer.

Evidentemente, esses alinhamentos não são mecânicos, e existem as nuances. Dentro da UO, por exemplo, existem vários agrupamentos reformistas, e nenhum é idêntico ao outro. Concretamente, não reagiram da mesma maneira a cada fase da greve. Afinal, as circunstâncias também provocam deslocamentos. Foi o que se deu nessa mobilização: a violência do ataque forçou a burocracia a pender mais à esquerda, sendo obrigada a retardar até onde pôde o golpe mortal contra a greve. A pressão da base também acabou jogando os reformistas e centristas, que costumavam aceitar o papel de coveira das lutas, para a esquerda também. Só podiam se diferenciar da burocracia através de uma postura mais radical.

É esse jogo de forças que explica o relativo silêncio dos reformistas e centristas durante quase toda a greve, só se distanciando no final. Como a burocracia esteve, por pressão de baixo, com um discurso inflamado, restou àqueles procurar pelo em ovo. Exemplo disso foi dado pelos centristas do MRT: fizeram um grande alarido por conta do fundo de greve – reivindicação para lá de justa. Entretanto, a burocracia acabou aceitando-a, mesmo a contragosto, e deturpando a deliberação a esse respeito. Como não tinha mais o que criticar na posição da direção majoritária, o MRT ficou repetindo, a partir daí de forma inócua, a mesma bandeira. A corrente LSR fez algo semelhante, ao ficar reclamando da “falta de panfletos”, durante as reuniões centralizadas do comando.

Não que o fundo de greve ou a produção de materiais de

propaganda fossem questões sem importância. Não é isso. O problema é que o obstáculo principal estava mais fundo, tinha a ver com a necessidade de romper o isolamento da luta dos municipais, projetando a mobilização nacional contra a reforma da Previdência do Bolsonaro/Guedes. Estava colocada a necessidade de erguer a greve geral. Essa posição esteve presente em todos os boletins e falas da militância da Corrente Proletária, antes, durante e mesmo depois da greve. Não era o caso de exigir de maneira abstrata “mais panfletos”, ou coisas do tipo.

As outras organizações não podiam expressar essa mesma linha, pelo menos não com a mesma contundência. Até falavam em greve geral, concordavam com a Corrente Proletária, quando esta colocava a questão etc. etc. etc. O próprio Cláudio Fonseca teve de “concordar” com essa defesa no caminho de som, quando a proposta foi defendida pela Corrente. Mas, “concordava” sabotando. Foi o que se pôde verificar em relação ao dia 20 de fevereiro, quando as centrais sindicais convocaram a dita “Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora”. A participação foi aprovada, mas de maneira absolutamente formal, sem que se constituísse num momento de pressão sobre as direções das Centrais para que antecipassem o calendário de luta.

A Corrente Proletária na Educação ficou isolada com essa posição. Isso, do ponto de vista dos agrupamentos políticos, os quais tinham de espelhar o posicionamento das Centrais a que são ligados. Afinal, da CSP-Conlutas à Força Sindical, passando pela CTB, Intersindical e CUT, todas elas estavam contra a proposta de antecipar o calendário. São, portanto, todas elas corresponsáveis pelo isolamento da greve dos municipais e, por consequência, responsáveis pelo não atendimento das reivindicações. Enquanto isso, do ponto de vista dos trabalhadores em geral, a posição da Corrente foi bem recebida. O que, na verdade, só agrava o equívoco das direções, pois, comprova que havia disposição de luta nas bases.

Esta é, diga-se de passagem, uma das principais conclusões sobre a greve: foi uma greve de resistência, de extrema importância nessa conjuntura, marcada pelo avanço das tendências ditatoriais e fascizantes da burguesia.

O movimento só não foi adiante, porque prevaleceu a linha das direções burocráticas de evitar a greve geral a qualquer custo. E pesou, nesse sentido, a postura da oposição, que contribuiu para manter a proposta da Corrente Proletária no isolamento. O que, no fundo, desnuda a inconseqüência da oposição. Afinal, cabe a pergunta: de que valeu o acerto de ter defendido e votado pela continuidade da greve no dia 8 de março, abandonando a atitude anterior de servir de tábua de salvação para o Cláudio, se essa defesa de continuidade da greve não estava colada com a bandeira de antecipação do calendário de construção da greve geral? Era para continuar a greve, mantendo-a isolada?

Está aí o maior equívoco da Oposição nessa greve. Para ser conseqüente com a linha de prosseguimento da greve, era necessário lutar com todas as forças pela sua vitória. O que passava por fortalecer desde o chão de escola, através dos comandos, a antecipação do calendário, tal como foi dito acima. Mas, nem sequer um panfleto unificado da UO foi confeccionado. Não convocou uma plenária ou uma atividade geral da UO. Sintetizando: não atuou de forma orgânica. É verdade que foram os agrupamentos e militantes da UO os mais aguerridos nos comandos, que sustentaram na prática a greve. Mas não como uma unidade frentista de fato. Cada um atuou de acordo com a sua linha, isoladamente.

Esse é um defeito antigo, que precisa ser superado. Há, no interior da UO, uma enorme resistência, particularmente entre os setores majoritários, em dar um funcionamento regular, sistemático, à essa frente. Continuam privilegiando a autoconstrução, e não querem submeter seus contatos de base à influência das outras correntes. Estão mais preocupados com a disputa de aparatos, do que com a construção de uma poderosa fração, com um programa classista, para enfrentar a burocracia sindical. Vão morrer negando isso tudo, é claro. Mas, a prática concreta denuncia a política desses agrupamentos. Se quisessem fortalecer a UO, não a deixaria à mingua e concordariam com a Corrente Proletária, por exemplo, em convocar agora uma plenária de balanço. Até agora, têm negado, contudo, até essa tarefa elementar.

Como se vê, a conduta distracionista da oposição faz parte

e acaba por recrudescer o fenômeno, mencionado no começo do texto, da *crise de direção revolucionária*. É indiscutível que o fato de não ter se colocado como quinta coluna da burocracia na hora H representa um passo à frente. Mas, trata-se de um passo tão tímido, que só revela o quanto caminhava mal anteriormente. Não há muito o que se comemorar, portanto. A ausência de um funcionamento regular e a política equivocada diante da letargia das Centrais constituíram indícios de uma linha política defeituosa. Na prática, favoreceu o trabalho sujo da burocracia sindical. A própria votação final, teria sido distinta, com menor margem para as direções manobrem, se houvesse uma coesão maior da oposição em torno da orientação de pressionar em greve as Centrais para que encaminhassem a luta nacional.

É por isso que a Corrente seguirá fazendo seu trabalho desde a base, inclusive por dentro da UO, penetrando com o programa do proletariado, defendendo a mais ampla unidade no campo da independência de classe, para varrer dos organismos de massa a camarilha burocrática que hoje serve de dique de contenção das lutas, do Sinpeem até as Centrais. E essa tarefa não pode ser cumprida, a não ser partindo das reivindicações mais sentidas dos explorados, fazendo a ponte com as bandeiras mais gerais da luta revolucionária anticapitalista.

8. Lições da greve

O movimento grevista demonstrou, acima de tudo, que as tendências de luta das massas continuam presentes, mesmo diante das traições da burocracia sindical. Isto por que as condições materiais são preponderantes para ativar o motor da luta de classes. Dizemos isto por que a experiência dessa greve nos demonstrou essa premissa – mesmo com o imobilismo das direções sindicais, que levou à aprovação do SAM-PAPREV, em 2018, a classe se levantou novamente, pois, instintivamente, reage diante dos ataques desfechados às suas condições de existência. No entanto, essa disposição instintiva de luta tem chocado-se com a política de colaboração de classe praticada pelas direções sindicais, servindo como um freio, dificultando o avanço da luta de classes.

Nesse sentido, é preciso ter clareza de que a responsabilidade do não atendimento das reivindicações cabe exclusivamente à política colaboracionista das burocracias, tanto dos sindicatos quanto das Centrais, que mantiveram a greve dos municipais isolada nacionalmente. Esta lição precisa ser compreendida pelo conjunto da classe. É preciso varrer esses burocratas que estão à frente dos sindicatos, servindo de correia de transmissão da política burguesa, em função dos seus interesses próprios. A classe operária e demais explorados devem constituir as frações revolucionárias no interior dos sindicatos e centrais, a fim de recuperá-los para a luta.

Apesar da enorme disposição de luta de uma parcela da categoria, é importante compreender também como se processam as contradições na base: um amplo setor se mostrou resistente em aderir à greve. Trata-se de um fenômeno que, provavelmente, possui muitas justificativas, mas o essencial está, sem dúvida, justamente na da desconfiança em suas direções. A ausência de uma política revolucionária faz com que um setor resista à greve por confundir o sindicato, ferramenta de luta dos explorados, com suas direções burocratizadas. Por isso, reafirmamos a necessidade imediata de organizar a fração revolucionária, no seio de cada um dos sindicatos, dirigida pela vanguarda consciente que defende o programa da classe operária, e os métodos da ação direta para enfrentar os planos antinacionais e antipopulares dos governos.

A unidade grevista dos trabalhadores é outra grande lição que precisa ser assimilada. Demonstrou sua importância fundamental nesta greve, pelo salto qualitativo que alcançou, forjado na trajetória de luta na educação e, por isso, deve servir como exemplo para os demais movimentos, que deverão se erguer nacionalmente contra a ofensiva da burguesia às conquistas trabalhistas. A unidade da classe operária e os demais setores explorados é o único caminho para pôr abaixo a reforma previdenciária de Bolsonaro/Guedes e, no caso de São Paulo, Doria e Covas. O que quer dizer que a classe operária e os demais explorados devem exigir de suas direções que organizem a greve geral. Qualquer outro desvio significará a derrota dos trabalhadores.

Sobretudo, observamos que a greve dos trabalhadores municipais de São Paulo ganhou uma projeção para além da pauta de reivindicações, que deu início ao movimento, pois, se assenta numa tendência geral de luta frente às políticas antinacionais e antipopulares. Portanto, tratou-se de uma greve de resistência contra a reforma nefasta de Bolsonaro/Guedes e do capital financeiro, configurando-se como linha de frente no combate contra a destruição do direito de aposentadoria dos trabalhadores.

Anexos

SOMENTE A UNIDADE DO FUNCIONALISMO, COM O MÉTODO DA AÇÃO DIRETA, DERRUBARÁ A REFORMA PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL (SAMPAPREV)!

Unificar as lutas dos explorados contra as medidas antipopulares e antinacionais! Derrotar a reforma da previdência federal com a greve geral! Em defesa do emprego, do salário e condições de vida dos oprimidos!

Reunião do Conselho - 31 de janeiro de 2019

Bolsonaro e Guedes anunciam duras medidas de ataque aos explorados e de amplo entreguismo do País. Aproveitaram a reunião da cúpula imperialista, em Davos, para oferecer aos especuladores e aos monopólios o pré-sal, o sistema elétrico, os aeroportos etc. Firmaram o compromisso de impor as reformas antipopulares, entre elas, a da previdência, além de aprofundar a reforma trabalhista, utilizando a máscara de tornar as empresas mais competitivas. Levaram na bagagem João Doria, considerado a peça fundamental para reunir governadores e prefeitos em favor do plano privatista e de reformas em favor da burguesia.

Do ponto de vista do capital financeiro, o que interessa é que

o Brasil, país semicolonial de economia atrasada, mantenha o pagamento da volumosa dívida pública, a qual consome metade do orçamento da União. O remédio tem que estar voltado ao corte de recursos da saúde, da educação, previdência e outros serviços essenciais. Trata-se da necessidade de descarregar o peso da crise estrutural do capitalismo sobre os explorados.

Diante da superprodução, a burguesia precisa destruir forças produtivas, ou seja, aprofundar a barbárie através do fechamento de fábricas, da demissão em massa, do reforço das tendências bélicas em todo o mundo etc. Faz parte desse processo a procura por novos ramos e nichos para valorizar seus capitais. Aí se encaixa a ofensiva sobre os setores estatizados, a exemplo da educação básica e da previdência pública no Brasil.

O trio Bolsonaro/Doria/Covas não precisará partir do zero. Michel Temer - que encabeçou a ditadura civil, fruto do golpe de Estado - já havia imposto a lei da terceirização, para diminuir o valor da força de trabalho e aumentar a exploração, tal como a reforma trabalhista, visando destruir conquistas da CLT. Aprovou ainda a BNCC e a reforma do ensino médio, com vistas no enxugamento dos gastos e na expansão da privatização, o que levará ao fechamento de salas/turnos/escolas, expulsando os estudantes trabalhadores, e ao desemprego em massa dos professores e funcionários.

Como se pode ver, governo ditatorial e militarista de Bolsonaro será a continuidade da ditadura civil de Temer. Portanto, um governo francamente pró-imperialista e capacho de Trump.

A classe operária e demais explorados devem empunhar a bandeira da luta contra as reformas antinacionais e antipopulares de Bolsonaro. Devem se colocar por constituir uma frente única sindical, com o método da ação direta, para enfrentar o governo Bolsonaro e seus discípulos nos estados e município, como é o caso de Doria e Covas. A defesa da unidade no plano sindical deve partir das reivindicações mais sentidas, de emprego, salário e condições de vida. Tem que estar acompanhada, desde já, de uma campanha em favor da frente única anti-imperialista, que implica colocar toda a nação oprimida, sob a direção da classe operária, em choque com a burguesia e o imperialismo.

Lutar pela revogação da reforma da previdência (Sampaprev) em unidade com o funcionalismo!

O prefeito Bruno Covas/PSDB se aproveitou de um momento de desmobilização dos servidores públicos municipais, em dezembro de 2018, para aprovar a reforma previdenciária. Impôs o aumento da alíquota de contribuição para 14%, confiscando 3% do minguado salário dos trabalhadores. Aprovou também a criação da Sampaprev, fixando o teto salarial da carreira, para os futuros ingressantes, no valor igual ao teto do INSS (que, em 2019, passou a ser de R\$ 5.839,45). Quem pretender se aposentar com um salário maior terá que contribuir separadamente. Isso indica que, além dos 14% que valem para todos, os futuros servidores terão que retirar um percentual de seu salário.

Somado a isso, há que se levar em conta a pesada carga tributária que já é paga, principalmente o desconto do imposto de renda, que retira mensalmente uma fatia considerável de cada trabalhador. Este quadro é agravado pelos sucessivos reajustes abaixo da inflação, corroendo os salários dos servidores em geral (para os quais tem sido aplicado o vergonhoso índice de 0,01%), e da educação, em particular (reajustes de 3,71% em nov./2018 e 1,8381% em jan./2019, parcelas do último acordo).

Diante desse quadro de ataque às condições salariais do funcionalismo público municipal, a única alternativa é a greve. No dia 26 de dezembro, quando da aprovação do PL-621, a assembleia deliberou pelo início da greve do funcionalismo municipal em 4 de fevereiro. Não pode haver dúvidas sobre a necessidade da greve e da revogação imediata da reforma. Os vários setores que compõem o funcionalismo municipal devem se organizar em comandos unificados de greve e vencer os demais companheiros da justiça do movimento. Somente assim sairemos vitoriosos dessa luta.

Em abril de 2017, a classe operária e demais explorados saíram às ruas, em greve, para combater as reformas de Temer. A disposição de luta demonstrada durante essa jornada assinalou a importância da greve geral para colocar em xeque as pretensões dos governos e dos patrões. Esse caminho, no

entanto, foi abortado pela política traidora das direções sindicais, que desviaram a mobilização para o campo da pressão parlamentar, da ilusão na justiça burguesa e para o eleitoralismo. Resultado: a reforma trabalhista, que foi aprovada em julho de 2017, vem ampliando a precarização das condições de trabalho. A terceirização e o trabalho intermitente serão aprofundados no serviço público e no setor privado.

É preciso retomar o caminho da greve de 28 de abril de 2017. A Corrente Proletária na Educação tem participado dos comandos organizados pelos sindicatos, dada a importância de convencer os trabalhadores da necessidade da unidade do funcionalismo contra essas medidas de ajuste fiscal, que têm como principal objetivo o pagamento da monumental dívida pública aos banqueiros. As bandeiras que devem ser erguidas pelo movimento são:

1. Unidade dos servidores municipais contra a Sampaprev e o confisco de salário;
2. Utilizar o método da ação direta (greves, piquetes, manifestações de rua, ocupações etc.) para colocar abaixo a reforma previdenciária de Covas e Bolsonaro;
3. Não pagamento da dívida pública;
4. Unidade da classe operária e demais explorados em torno das reivindicações elementares: emprego, salário e condições de trabalho.
5. Defesa da greve geral por tempo indeterminado.
6. Constituição da frente única anti-imperialista.

NOSSA TAREFA É POR ABAIXO A SAMPAPREV E O CONFISCO SALARIAL!

Para isso, temos de constituir imediatamente os comandos de greve unitários e centralizados! Convocar em caráter emergencial os professores da rede estadual para se somarem à nossa greve! A reforma da Previdência se estenderá a todos! Exigir que as centrais sindicais organizem agora a luta contra a reforma da

previdência! Não temos tempo para esperar o calendário de votação no Congresso! Ocupar as grandes avenidas de São Paulo! Distribuir massivamente boletins da greve nos bairros, nas fábricas, nas universidades e nos atos de rua! Retomar o caminho da greve geral nacional para derrotar Covas, Dória e Bolsonaro!

7 de fevereiro de 2019

Está provado que os servidores municipais estão com disposição de luta. É o que demonstra os mais de 30 mil grevistas que votaram pela continuidade da greve.

Foi fundamental UMA ÚNICA ASSEMBLEIA do funcionalismo, UM ÚNICO CAMINHÃO DE SOM. Não podemos dispersar o movimento! Manter a unidade real até a vitória! Essa é a única saída para derrubar a lei que impõe a reforma da previdência aos servidores.

Não nos desviemos do curso da DEMOCRACIA SINDICAL. Que se garanta o direito a fala a todos! Temos a total clareza de que é garantindo a democracia sindical e adotando o MÉTODO DA AÇÃO DIRETA que enfrentaremos nossos inimigos, e trilharemos o caminho de nossa vitória!

Companheiros de luta, força total a nossa greve!

Derrotamos esse governo sórdido que nos rouba a aposentadoria!

Chega de ataque! Já é muito o peso que carregamos todos os dias para ir à escola e trabalhar em péssimas condições de ensino!

Ergamos a cabeça! confiemos apenas em nossas forças! A força da mobilização! nenhuma esperança no parlamento!

É nosso direito nos aposentar com dignidade!

Lutemos com garra até a vitória!

Por que lutar contra a reforma da previdência?

1. A Sampaprev é o projeto dos banqueiros para fazer sangrar os servidores municipais. Não diz respeito ao dito déficit previdenciário alegado pelo prefeito e seus vereadores. É a forma encontrada pela burguesia para obrigar os trabalhadores a pagarem a monumental dívida pública nacional;

2. Mesmo confiscando 14% do salário dos servidores, a prefeitura aumentou os impostos. A passagem de ônibus subiu, o IPTU subiu e outros impostos também irão aumentar. Retira-se do parco salário do servidor e dos demais trabalhadores para privilegiar os parasitas do mercado financeiro.
3. Os servidores municipais não tiveram qualquer aumento no ano de 2018. Todas as categorias do funcionalismo receberam míseros 0,01% de reajuste. Portanto, mesmo os 10% exigidos pelo movimento é pouco diante do arrocho salarial sofrido.
4. O governo federal do ditador Jair Bolsonaro prepara a reforma da Previdência para todos os trabalhadores. Seu projeto, em comum acordo com o capital financeiro, pretende obrigar os explorados a penar por 40 anos para tentar se aposentar. Sabemos que muitos não conseguirão isso, pois o desemprego e o subemprego se mantêm irredutíveis. Além disso, há a intenção do direitista João Doria em implantar a reforma no estado.

O que é preciso para sairmos vitoriosos dessa greve?

1. Organizar os comandos unitários nas regiões. A força do movimento depende do convencimento daqueles que ainda estão em dúvida. Somente comandos fortes, compostos por todas as categorias dos servidores, devolverão a confiança ao movimento.
2. Diante dos ataques que a burguesia e seus governos estão impondo aos explorados, é necessário que as Centrais Sindicais organizem os movimentos para a greve geral. Mas é necessário que seja imediatamente. O movimento grevista dos servidores municipais é o estopim para atear fogo no movimento nacional. Não ficar a reboque do calendário do parlamento e do governo.
3. As ameaças de João Doria sobre a Previdência dos servidores estaduais só pode ser respondida com a unidade entre servidores do município e do estado. É preciso convocar as assembleias dos servidores estaduais com indicativo de greve imediatamente. Nada de corpo mole das direções.
4. Somente o método da ação direta, ou seja, as grandes ma-

nifestações de rua, os atos regionais, os piquetes e as ocupações colocarão abaixo os projetos dos governos e dos parasitas.

Que as centrais e as direções sindicais convoquem imediatamente as assembleias para unificar os trabalhadores com a greve dos funcionários municipais! Somente a greve geral será uma poderosa força social contrária aos ataques dos governos!

REVOGAÇÃO JÁ! ABAIXO A SAMPAPREV!

Defender a democracia operária nas assembleias! Organizar os comitês de base para conduzir o movimento grevista!

13 de fevereiro de 2019

Por abaixo a lei 17.020 que destrói a aposentadoria dos servidores

A lei 17.020/18 que foi imposta pelo governo de Bruno Covas tem como objetivo acabar com a previdência dos servidores municipais. Primeiro, porque institui a Sampaprev que penaliza os futuros servidores ao determinar que o ganho máximo de aposentadoria será o teto do INSS. Segundo, porque visa destruir o IPREM ao não direcionar novos recursos à sua composição. Desta forma, os futuros servidores aposentados não terão como se auto sustentar.

A Corrente Proletária defende que não há outro caminho a não ser a luta até o fim para colocar abaixo a lei 17.020. Isso somente poderá ocorrer se for através dos métodos da ação direta, que são os piquetes, as manifestações de rua e a greve. Essa é a forma de quebrar a intransigência do governo e conquistar vitórias!

Defender os atos regionais unificados com bloqueio de ruas

O passo dado no dia 8/2 com atos regionais foi muito im-

portante. Puderam mostrar à população os justos motivos da greve dos servidores públicos municipais e sua unidade. No entanto, é preciso avançar. Os atos devem ser ativos e que cause o bloqueio das principais avenidas de São Paulo.

A Corrente Proletária defende que se organizem os atos regionais, aglutinando duas ou mais regiões com o bloqueio das principais avenidas. Esse método contribuirá para obrigar o governo a atender as reivindicações dos grevistas e impulsionar o movimento.

Constituir os comitês de base para conduzir o movimento grevista

Até o momento, as assembleias estão vigorosas porque a disposição de luta da classe obrigou às direções a se unificarem. Na assembleia do dia 7/2, foram mais de 50 mil grevistas em frente à prefeitura e com grande passeata até a Av. Paulista. Contudo, durante a assembleia, não há a possibilidade das bases, oposição e correntes se expressarem nas assembleias. Somente a burocracia dos sindicatos pode fazer uso da palavra. E quando a base quer se expressar, é impedida. É preciso defender a democracia sindical. É necessário constituir os comitês de base eleitos em assembleia.

A Corrente Proletária defende a constituição de comitês de base. O movimento grevista é expressão dos interesses da base. O comitê é a expressão política da base em luta e permite a democracia operária nas assembleias. Democracia que está sendo solapada pelas burocracias.

Que as Centrais Sindicais convoquem imediatamente o movimento grevista nacional: unir todos contra as terceirizações, a reforma trabalhista e da previdência!

A burocracia das principais centrais sindicais está protelando o movimento de greve nacional. O governo ultradireitista de Jair Bolsonaro expressou o teor da reforma da previdência. A essência da reforma é igualar a idade mínima de aposentadoria para 65 anos e exigir que qualquer trabalhador trabalhe no mínimo 40 anos para se aposentar. O desempre-

go e subemprego crescem, enquanto a estabilidade está sob a ameaça pela lei da terceirização, o que impedirá os assalariados de se aposentarem.

Além disso, avançam os ataques sobre o setor da saúde, que vem sendo privatizado há anos e tomadas pelas Organizações Sociais (OS's), que lucram com a exploração do trabalho e com o repasse de dinheiro público pelos governos. Avançam, ainda, as empresas de terceirização nos hospitais e postos de saúde, que impõe uma pesada jornada de trabalho de 44 horas e corte nos direitos trabalhistas. Nas multinacionais, como a GM, a classe operária está sendo chantageada pelos patrões a abrirem mão dos direitos, reduzir o salário e aumentar a jornada de trabalho.

Não cabe mais às centrais protelarem a decretação da greve geral contra a reforma da previdência e as medidas antinacionais e antipopulares. Somente um movimento massivo poderá colocar em xeque essas medidas nefastas à maioria dos explorados!

A Corrente Proletária defende que as Centrais Sindicais convoquem imediatamente a greve geral nacional contra as medidas de Bolsonaro/Doria/Covas. Chega que submeter-se ao calendário do governo e do parlamento. Greve Geral Já!

**DEFENDER O DIREITO À GREVE! IMPOR A GREVE GERAL
DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS PARA COMBATER
AS AMEAÇAS DE COVAS!**

*Radicalizar nos métodos da ação direta: bloquear rodovias e avenidas! Paralisar a fábricas!
Distribuir boletins entre os operários! É preciso unificar a luta contra a reforma da previdência!
Convocar a comunidade para a greve! Que os sindicatos viabilizem os ônibus! Manter os comandos unificados e centralizados! Organizar os comitês de base para conduzir o movimento grevista! Que as centrais e direções sindicais*

organizem imediatamente a greve geral nacional!

19 de fevereiro de 2019

O movimento grevista vem crescendo a cada semana. Os comandos de greve das regiões se ampliam. São comandos compostos por vários setores do serviço público, que impulsionam a paralisação na saúde, na educação, na assistência social, na vigilância sanitária, etc.

No dia 14/2, um dia antes da assembleia geral, o prefeito Bruno Covas/PSDB determinou o corte de ponto dos grevistas. Numa clara intenção de fazer refluir o movimento e atacar o direito de greve. Haddad/PT também utilizou o mesmo mecanismo para acabar com a greve em 2014. Não deu certo. O tiro sai pela culatra. O movimento cresceu e obrigou o prefeito a recuar. Agora, é preciso que os servidores que ainda estão trabalhando ingressem definitivamente no movimento. Nada de utilizar a justiça burguesa na luta dos trabalhadores! O governo reacionário de Covas somente irá recuar de seu objetivo com a greve geral do funcionalismo.

Avançar na radicalização do método da ação direta

Nesta assembleia entraremos no 15º dia de greve. O movimento não refluiu. Muito pelo contrário tem crescido a cada assembleia. No dia 4/2 eram 20 mil, no dia 7/2 eram 50 mil e no dia 13/2 60 mil. O ato do dia 15, em meio à chuva, mais de 20 mil grevistas estavam presentes. Esses números expressam a disposição de luta dos servidores em unidade. Além das grandes manifestações de rua durante as assembleias, organizamos atos em todas as regiões com panfletagem para ganhar o apoio dos demais trabalhadores. Agora é preciso avançar no método da ação direta. Organizar atos regionais unindo regiões para bloquear as principais rodovias e avenidas de São Paulo. Essa é a maneira de quebrar a intransigência do prefeito.

A Corrente Proletária defende que se organizem os atos regionais, aglutinando regiões próximas, para bloquear as principais avenidas e rodovias, em um mesmo horário. Vamos parar a cidade!

Que a centrais e as direções sindicais onvoquem a classe operária e os demais explorados para combaterem a reforma de Jair Bolsonaro

No dia 20/2 está marcada a **Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora** em todos os estados do país para deliberar as ações contra a reforma da previdência do ultradireitista Bolsonaro/Guedes. Durante esse mês as principais centrais sindicais organizaram assembleia nos locais de trabalho para medir a disposição de luta dos operários. A resposta foi positiva, todos se colocaram contra a reforma previdenciária proposta pelo governo federal.

O projeto de reforma aponta para quatro pontos centrais de retirada de direitos: 1) ampliação da idade mínima de homens e mulheres; 2) exigência de 40 anos de contribuição para requerer 100% de aposentadoria; 3) a introdução do sistema de capitalização, que desobriga tanto os patrões como o governo de custear o sistema previdenciário e 4) o confisco de salário com o aumento da alíquota de 14% para os servidores públicos. Diante desse brutal ataque orquestrado pelo capital financeiro, é urgente que a centrais e as direções sindicais convoquem a greve geral imediatamente para se somar à luta do funcionalismo municipal. Essa é a força que colocará abaixo a reforma de Bolsonaro/Guedes/ Doria e Covas!

A Corrente Proletária defende que se delibere na assembleia a participação de uma coluna dos trabalhadores municipais em greve como forma de impulsionar a greve nacional.

A LUTA DEVE SE CONCENTRAR NA REVOGAÇÃO DA SAMPAPREV E DO CONFISCO SALARIAL!

Manter a radicalização da greve! Combater a reforma de Covas é um passo para derrotar a reforma de Bolsonaro! Organizar a greve geral!

22 de fevereiro de 2019

O ultradireitista Jair Bolsonaro e seu ministro da economia Paulo Guedes divulgaram o projeto de reforma previdenciária.

Entregaram ao Congresso a responsabilidade de dilapidar os trabalhadores e impedi-los de se aposentar. No geral, todos terão de trabalhar mais e receber menos. Muitos não terão como se aposentar, pois com o elevado índice de desemprego e subemprego fica cada vez mais distante essa possibilidade. Tudo isso para economizar para pagar os banqueiros parasitas

No dia 20 de fevereiro ocorreu a Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora na Praça da Sé. O calendário de lutas expressa o imobilismo das Centrais. Farão movimento somente quando o Congresso de picaretas resolver votar a reforma. Ficarão a reboque do calendário do Parlamento e arrastarão as massas exploradas junto.

A Corrente Proletária continuará defendendo que é preciso convocar a greve geral imediatamente. Há grande disposição de luta dos explorados. É preciso colocar as massas na rua e colocar abaixo a reforma previdenciária de Bolsonaro/Guedes.

Lutar pela revogação do confisco salarial e da Sampaprev

A assembleia do dia 19 de fevereiro mostrou os trabalhadores municipais estão dispostos a ir até o fim com a greve. Na votação sobre o percurso e sobre a nova data de assembleia passou por cima da burocracia dos sindicatos. Durante a passeata uma parcela dos grevistas não aceitou passivamente alterar o percurso imposta pela repressão. A burocracia do Sinpeem e dos outros sindicatos se dobraram as exigências da polícia que não permitiu o bloqueio da Marginal. Esses acontecimentos demonstram a firmeza do movimento, mesmo depois das ameaças de corte de salário feita pelo prefeito Covas.

Nessa assembleia é tarefa da base não aceitar qualquer acordo proposto pelo governo que não seja a revogação da lei 17.012. Qualquer proposta além dessa será desviar o curso do movimento para o fracasso. O governo já reconheceu a existência da greve. Agora devemos avançar para dobrar a intransigência do prefeito.

A Corrente Proletária defende a revogação imediata do confisco salarial e da Sampaprev e o cumprimento da pauta de reivindicações. Nenhum passo atrás!

Manter a radicalização do movimento

Desde a primeira assembleia o movimento dos trabalhadores municipais vem crescendo. A assembleia de 19/2 contava com 80 mil grevistas e com bloqueio de várias avenidas. Não conseguiu bloquear a Marginal devido à força da repressão. Vários atos regionais foram organizados para esclarecimento da população. Nessa fase da greve é preciso intensificar os comandos de visitas às escolas e os atos regionais com bloqueio das avenidas e rodovias. Somente assim, através de uma greve ativa, o governo irá atender às reivindicações dos trabalhadores.

CONSTRUIR IMEDIATAMENTE A GREVE GERAL CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

É preciso romper com o isolamento da greve dos trabalhadores municipais de São Paulo com a construção da greve geral! Exigir que as centrais sindicais convoquem a classe operária para uma luta unificada com o funcionalismo público! Por um comando geral unificado, que organize a planfletagem na porta das fábricas! Diante dos ataques de Covas, é necessário avançar na radicalização da greve! Pela revogação imediata do confisco salarial e da SAMPAPREV

27 de fevereiro de 2019

A aliança da burguesia e seus governos contra os trabalhadores

Só após a divulgação do projeto de reforma previdenciária de Bolsonaro/Guedes é que Bruno Covas/PSDB se encorajou, diante de uma greve massiva, para responder as reivindicações dos trabalhadores do município em greve desde o dia 04/02. Não há nenhuma surpresa em seu pronunciamento! Demonstra que burguesia e seus governos estão aliados na ofensiva pela retirada de direitos dos trabalhadores.

O primeiro item da proposta de Bruno Covas representa

acima de tudo o compromisso com o governo federal, o que significa que só pretende rever a reforma municipal (Lei 17.020) a partir da reforma da previdência nacional, ou seja, faz uma clara ameaça de que o teor da reforma aqui em São Paulo pode ser piorado ainda mais com a aprovação da reforma federal.

No segundo item, responde a reivindicação salarial com a política de meritocracia atrelada ao cumprimento de metas, o que significa a quebra dos direitos coletivos, a mesma lógica que vem sendo aplicada na reforma trabalhista de Temer/MDB. Sabemos bem que esta política no funcionalismo municipal representará a quebra de direitos que constam no plano de carreira (quinquênio, sexta parte, estabilidade, dentre outros). Um ataque brutal ao emprego, ao salário e aos direitos conquistados na luta.

O terceiro item atinge diretamente o direito de greve. Se vê obrigado a rever a determinação de falta injustificada, em função do direito constitucional de greve, que os impede de impor sanções disciplinares em meio ao movimento grevista, porém mantém o corte de ponto agora com a determinação de falta justificada.

Os demais itens reafirmam a continuidade da política de reajuste salarial apenas sobre o piso e a manutenção das mesas de enrolação, com o intuito de quebrar a resistência grevista.

Como podemos observar fica clara a intenção do prefeito de seguir atacando os servidores municipais, enquanto falsaria uma abertura de negociação, que só ocorreu em função da força do movimento grevista e de um suposto fortalecimento com a reforma previdenciária nacional.

A unidade grevista dos trabalhadores municipais com a classe operária

Diante da ofensiva de conjunto da burguesia em atacar as conquistas trabalhistas e previdenciárias é preciso responder com a unidade grevista da classe operária e demais explorados.

Os servidores municipais de São Paulo deram um primeiro passo acertado com a construção de uma greve unificada do funcionalismo há 23 dias, apontando para os demais Estados e municípios que o único caminho para enfrentar a ofensiva dos governos e patrões é a luta coletiva.

Nessas três semanas de greve demonstrou muito disposição de luta, realizando comandos unificados para fechar escolas, UBSs, CRAS, CREAS, entre outros equipamentos que elevou o índice de adesão a greve, bloqueou as principais avenidas da cidade após assembleias massivas com mais de 80 mil trabalhadores e realizou intervenções nos bairros em busca de apoio da população.

Agora é preciso avançar com a unidade grevista para impor nossas reivindicações e quebrar a intransigência do governo. Está colocado como próximo passo desta greve a organização de comandos para ir até a porta das fábricas convocar os operários a paralisar a produção, cruzar os braços para por abaixo a reforma da previdência.

É preciso se contrapor ao imobilismo das centrais sindicais e sua política de “resistência democrática”, que significa se submeter ao calendário do parlamento, empregando a tática fracassada da pressão parlamentar, principal responsável pela aprovação do SAMPAPREV em dezembro de 2018. A vitória da greve no município de São Paulo depende da luta nacional!

CONSTRUIR IMEDIATAMENTE A GREVE GERAL CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

É preciso romper com o isolamento da greve dos trabalhadores municipais de São Paulo com a construção da greve geral! Exigir que as centrais sindicais convoquem a classe operária para uma luta unificada com o funcionalismo público! Por um comando geral unificado, que organize a planfletagem na porta das fábricas! Diante dos ataques de Covas, é necessário avançar na radicalização da greve! Pela revogação imediata do confisco salarial e da SAMPAPREV

28 de fevereiro de 2019

A aliança da burguesia e seus governos contra os trabalhadores

Só após a divulgação do projeto de reforma previdenciária de Bolsonaro/Guedes é que Bruno Covas/PSDB se encorajou, diante de uma greve massiva, para responder as reivindicações dos trabalhadores do município em greve desde o dia 04/02. Não há nenhuma surpresa em seu pronunciamento! Demonstra que burguesia e seus governos estão aliados na ofensiva pela retirada de direitos dos trabalhadores.

Na assembleia do dia 26 de fevereiro, Bruno Covas manteve sua intransigência contra os grevistas. Deixa claro, nessa segunda reunião com os representantes do Fórum das Entidades, que há a intenção de se aproveitar da reforma federal para aprofundar o confisco salarial dos trabalhadores municipais. Diz se comprometer de não ampliar a contribuição previdenciária acima dos 14%. Mentira! Assim que a reforma de Bolsonaro/Guedes passar pelo Congresso irá aplica-la aos servidores municipais.

Continua respondendo a reivindicação salarial com a política de meritocracia atrelada ao cumprimento de metas, o que significa a quebra dos direitos coletivos, a mesma lógica que vem sendo aplicada na reforma trabalhista de Temer/MDB. Sabemos bem que esta política no funcionalismo municipal representará a quebra de direitos que constam no plano de carreira (quinquênio, sexta parte, estabilidade, dentre outros). Um ataque brutal ao emprego, ao salário e aos direitos conquistados na luta.

Quanto ao direito de greve. Se viu obrigado a rever a determinação de falta injustificada, em função do direito constitucional de greve, que os impede de impor sanções disciplinares em meio ao movimento grevista, porém manteve o corte de ponto com a determinação de falta justificada. E de pagamento dos dias de greve apenas após a reposição. Além de atrelar à exigência de fim da greve e aceitação de suas propostas vazias.

Como podemos observar fica clara a intenção do prefeito de seguir atacando os servidores municipais, enquanto falasse uma abertura de negociação, que só ocorreu em função da força do movimento grevista e de um suposto fortalecimento com a reforma previdenciária nacional.

No entanto, é preciso que o movimento não caia na armadilha do pagamento dos dias parados. Iniciamos a greve com a bandeira de revogação da lei 17.020 e não podemos sair dela sem que essa reivindicação principal seja atendida. A aprovação na assembleia da constituição do fundo de greve foi acertada. No entanto, é necessário que a classe responda ao chamado da assembleia de radicalização e ampliação do movimento grevista. Somente assim iremos dobrar a intransigência do governo e defender o direito de greve.

A unidade grevista dos trabalhadores municipais com a classe operária

Diante da ofensiva de conjunto da burguesia em atacar as conquistas trabalhistas e previdenciárias é preciso responder com a unidade grevista da classe operária e demais explorados.

Os servidores municipais de São Paulo deram um primeiro passo acertado com a construção de uma greve unificada do funcionalismo há 25 dias, apontando para os demais Estados e municípios que o único caminho para enfrentar a ofensiva dos governos e patrões é a luta coletiva.

Nessas três semanas de greve demonstrou muito disposição de luta, realizando comandos unificados para fechar escolas, UBSs, CRAS, CREAS, entre outros equipamentos que elevou o índice de adesão a greve, bloqueou as principais avenidas da cidade após assembleias massivas com mais de 80 mil trabalhadores e realizou intervenções nos bairros em busca de apoio da população.

Agora é preciso avançar com a unidade grevista para impor nossas reivindicações e quebrar a intransigência do governo. Está colocado como próximo passo desta greve a organização de comandos para ir até a porta das fábricas convocar os operários a paralisar a produção, cruzar os braços para por abaixo a reforma da previdência.

É preciso se contrapor ao imobilismo das centrais sindicais e sua política de “resistência democrática”, que significa se submeter ao calendário do parlamento, empregando a tática fracassada da pressão parlamentar,

principal responsável pela aprovação do SAMPAPREV em dezembro de 2018. A vitória da greve no município de São Paulo depende da luta nacional!

QUE AS DIREÇÕES SINDICAIS ORGANIZEM A CLASSE OPERÁRIA E OS DEMAIS EXPLORADOS CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE BOLSONARO/GUEDES

*Todo apoio à luta das mulheres contra a opressão de classe. Unificar os atos regionais e bloquear as rodovias e avenidas.
É necessário fortalecer e tornar ativa a greve*

8 de março de 2019

As assembleias têm sido massivas. O prefeito não ofereceu nada. Impôs o corte de ponto. As decisões das assembleias devem ser acatadas por todos os setores grevistas. Não dá para votar a continuidade da greve e no dia seguinte voltar ao trabalho. Esse método enfraquece o movimento e fortalece a intransigência de Covas. A vitória da greve é a derrota do governo, que inclui a reforma de Bolsonaro-Guedes. Portanto, para fortalecer a greve é preciso: a) retomar os comandos unificados em todas as regiões, objetivando passar nas escolas e em outros setores que estão recuando; b) fortalecer os atos nos dias alternativos aos da assembleia geral, unificando outras regiões; c) que as assembleias com pais e alunos nas escolas se incorporem às ações de rua. Portanto, são métodos importantes para tornar a greve ativa, para fortalecê-la desde os bairros até o centro (quando se realiza a ação unificada dos grevistas após a assembleia).

*Manter a greve dos trabalhadores municipais.
Organizar os atos regionais centralizados e comandos unitários.*

A greve dos trabalhadores municipais atinge o 33º dia. Resiste à intransigência do prefeito Bruno Covas em não querer atender a nenhuma das reivindicações do movimento. Somam-se a isso as propostas reacionárias do prefeito de intro-

dução da meritocracia e a política de bonificação na carreira, além de não manter o arrocho salarial com a política de reajuste de 0,01%.

No entanto, sua intransigência esbarra na disposição de luta da classe. A assembleia do dia 28 de fevereiro, mesmo com o cancelamento da reunião com as entidades do Fórum, manteve, acertadamente, a rejeição das propostas do governo e a continuidade da greve.

Agora, temos de dar novos passos para fazer avançar o movimento. Devemos organizar os atos regionais unificados por regiões e bloquear as principais avenidas e rodovias de São Paulo. Além disso, é necessário organizar os comandos unitários para as visitas às escolas que ainda estão resistentes em aderir ao movimento. Esse é o caminho para manter a greve ativa e colocar abaixo a intransigência do prefeito.

Todo apoio à luta das mulheres contra a opressão de classe

O dia 8 de março, dia internacional das mulheres, deve ter por guia a bandeira de “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes”. Os inúmeros ataques que esta reforma representa à imensa maioria das mulheres operárias, camponesas e das camadas mais pobres da classe média já são de conhecimento geral. Por isso, devemos concentrar todas as nossas forças para pôr abaixo a reforma da Previdência e derrotar politicamente o governo antinacional e antipopular.

A unidade das lutadoras e lutadores é que permitirá a derrota do governo militarista de Bolsonaro e de seus lacaios, como é o caso do prefeito Bruno Covas e do governador João Doria. Todos estão alinhados com a mesma política de ataque à vida da maioria explorada. É preciso, assim, unificar os movimentos para impor uma derrota histórica aos governos e à burguesia financeira.

A Corrente Proletária participará desse dia com as bandeiras: “Por um dia Internacional da mulher, proletário e socialista! Vencer a opressão sobre a mulher, lutando contra todas as formas de opressão!

Todo apoio à greve dos operários da Ford

No dia 19 de fevereiro, a montadora Ford anunciou o fechamento da planta de São Bernardo do Campo com a justificativa de que não é rentável a produção de caminhões. Isso não passa de um blefe da montadora. O objetivo é exigir dos operários que se submetam a condições precárias de salário e de trabalho. Fato semelhante ocorreu também na General Motors (GM), que resultou no rebaixamento salarial dos operários, demissões, terceirização e introdução do trabalho intermitente. Como se vê, é um ataque geral dos patrões sobre a vida dos operários.

Corretamente os operários em assembleia deliberaram pela greve por tempo indeterminado. Os trabalhadores municipais em greve desde o dia 04 de fevereiro devem apoiar a greve e exigir a unidade das lutas. Há motivos de sobra para que as direções sindicais organizem a unidade entre a classe operária e os trabalhadores municipais em greve.

O Partido Operário Revolucionário distribuiu seu boletim Nossa Classe na porta das fábricas. Defendeu que a classe operária não permita o fechamento da Ford. Que a greve deve apontar para a ocupação da fábrica, e estender o movimento para as demais montadoras.

A reunião de representantes da Apeoesp deve apontar para a unificação dos movimentos

No dia 12 de março ocorrerão as reuniões de representantes da Apeoesp nas subsedes do estado de São Paulo. A pauta de discussão deve conter o apoio à luta dos trabalhadores municipais. Mas, além disso, é tarefa dos conselheiros e representantes exigir da direção do sindicato que antecipe a assembleia do dia 22 de março, e se some à luta grevista dos trabalhadores municipais contra a reforma da Previdência. Somente o movimento unitário, em greve, poderá colocar em xeque a política de destruição dos direitos imposta pelos governos.



Escreva para Caixa Postal 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org

